

Aspectos econômicos da exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas

O atual avanço da exploração de petróleo para a margem equatorial no norte do país, que acelera o debate entre grupos ambientalistas x governo e Petrobrás, têm explicações na trajetória histórica da indústria petrolífera.

A ampla dependência brasileira da importação de petróleo na primeira metade do século XX e a necessidade de avançar a indústria nacional é à base de todo o esforço de investimento na procura por petróleo em terra e no mar.

A década de setenta é estratégica para o país que em plena evolução da indústria se depara com a crise do preço internacional do petróleo, aumento da dívida externa e das restrições por novos empréstimos. Nesse ambiente descobre importantes campos de petróleo offshore na bacia de Campos.

No período entre 1975 a 1984 o país confirma o potencial da Bacia de Campos, negocia contratos de risco, descobre petróleo na porção terrestre da Bacia de Potiguar e gás na Amazônia e decide avançar a exploração em áreas profundas.

A Bacia de Campos então é consolidada com a descoberta do campo de Namorado e, posteriormente, pelos grandes campos de Marimba e Albacora, materializando o irreversível caminho da produção em águas profundas. Posteriormente a aplicação de novas tecnologias em águas profundas viabilizou as descobertas importantes de Barracuda e Roncador na mesma Bacia de Campos. Em 1997 a produção diária de óleo atingiu a marca de 1.069.000 barris no país, base concreta de uma nova era para o setor que viu, no mesmo ano, a aprovação e início de vigência da Lei 9478/97 de regulamentação do setor, a Lei do Petróleo.

A avaliação do processo exitoso da exploração e produção de petróleo e gás realizado pelo país permite a formulação de uma melhor visão sobre a decisão de exploração de petróleo na margem equatorial.

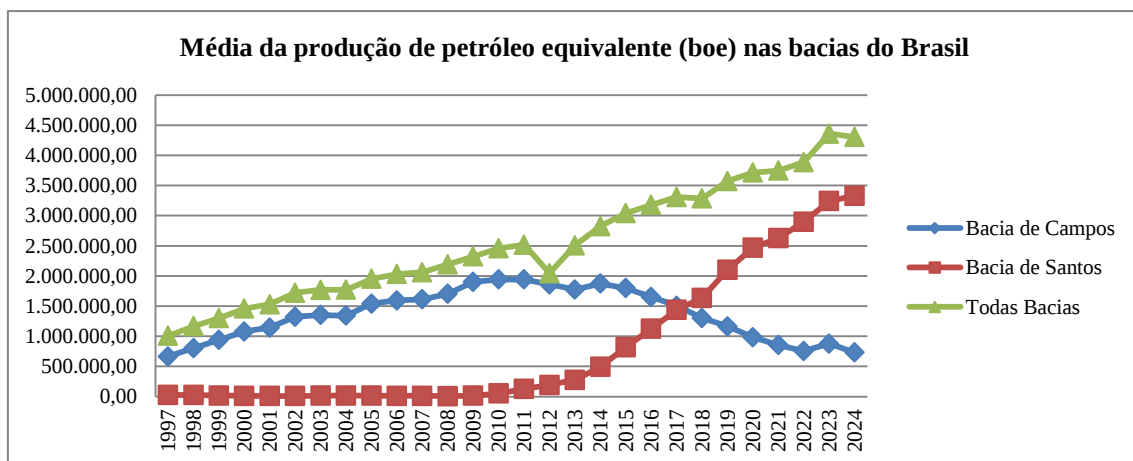
Com base nos indicadores da Agencia Nacional de Petróleo (ANP), os ciclos da produção de petróleo no Brasil têm durado em torno de treze anos do ponto de sua evolução até o nível mais alto de pico e mais treze anos em média até o ponto de declínio onde ocorre fuga dos investidores, dado o amadurecimento dos campos. Esta é a realidade da bacia de Campos quando consideramos o ponto de evolução, equivalente

à média de produção de 664 mil barris de petróleo equivalente em 1997, até o ponto de pico equivalente a média de 1.902 mil barris média de produção em 2009. Neste ponto a produção da bacia de Campos equivalia a 81,91% da produção total do país.

A partir daí o que se observa é um declínio gradativo que percorre em média mais treze anos até o ponto de desinteresse por novos investimentos. Em 2024 a produção da bacia de Campos atingiu uma produção média de 878 mil barris representando 20,15% da produção do país.

Em relação à baía de Santos podemos considerar como recorte do ponto de evolução a produção média de 126,6 mil barris em 2011 que segue com crescimento consistente até atingindo a produção média de 3.329,3 mil barris como pico em 2024.

A expectativa é de que a bacia de Santos possa ter atingido com esta produção o seu ponto de pico, o que corresponde a 77,34% em 2024. Nos próximos treze anos o que se espera é que a produção comece a cair gradativamente atingindo o ponto de desinteresse dos investidores. A figura a seguir ilustra esta trajetória.



Fonte: ANP

Este contexto acentua uma condição problemática para o país. Pode-se observar que o a vida útil da bacia petrolífera, do ponto inicial da evolução até o ponto de recorte de avanço da maturidade, dura em torno de 25 anos. Esse é o resultado da bacia de Campos, cujo processo deve se repetir na bacia de Santos.

Assim, duas alternativas se abrem: apostar no avanço da produção das bacias petrolíferas em operação; ou reconhecer o seu real declínio e abrir novas fronteiras de prospecção e produção com vistas à manutenção da autossuficiência petrolífera.

A nossa conclusão é de que é urgente a abertura de novas fronteiras para exploração e produção de petróleo, sendo a Bacia da Foz do Amazonas estratégica para

que o país não retorne a condição de dependência de importação de petróleo e aniquile vez a frágil estrutura industrial.

Evidente que a responsabilidade com o meio ambiental e com a gestão fiscal devem ser tratadas como elementos vitais desse processo. Isso confirma o conceito fundamental de finitude dos recursos naturais e que a riqueza gerada tem que garantir a condição geracional no que diz respeito ao bem estar da sociedade brasileira.

Alcimar das Chagas Ribeiro